

LEI ELÓI CHAVES

Nome com que ficou conhecida a Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, resultante do projeto de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado paulista Elói Chaves.

Um dos fundadores da Empresa Luz e Força de Jundiaí (1904), onde construiu as hidrelétricas Monte Serrat (1905) e Quilombo (1913), Elói Chaves foi também deputado federal de 1903 a 1914, secretário de Justiça em São Paulo de 1913 a 1918 – período em que, no ano de 1917, eclodiram inúmeras greves – e novamente deputado federal de 1919 a 1930. O projeto por ele apresentado obrigava à formação de um fundo para aposentadorias e pensões em cada companhia ferroviária, garantindo quatro benefícios básicos (ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário), além de estabelecer que, após dez anos de serviço em uma empresa, o empregado só poderia ser demitido por falta grave. Contribuiriam para a formação dos fundos três fontes: o empregado, com 3% de seu salário mensal, a empresa, com 1% de sua renda bruta, e o governo federal, com a soma arrecadada do público através de taxas de serviços ferroviários. Os fundos deveriam ser administrados por um conselho, formado por representantes dos proprietários da empresa e dos empregados, como principais partes interessadas.

Nos anos seguintes à aprovação da Lei Elói Chaves, foram apresentados à Câmara projetos que beneficiavam outras categorias. Assim, em 1926 o regime da Lei Elói Chaves foi estendido aos portuários e marítimos, e em 1928 aos trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos. As caixas restringiam-se a empresas que explorassem transportes marítimos e urbanos ou a empresas que contassem com um grande número de empregados. Em 1930, o Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha entre suas atribuições orientar e supervisionar a previdência social, inclusive como órgão de recursos e decisões das Caixas de Aposentadorias e Pensões. A partir de 1933 criaram-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que reuniam várias categorias profissionais.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: GOMES, Â. *Burguesia*; SOUZA, S. *Questão*.